

PD nº: 3034/2022 – SMC.

EDITAL
CONCORRÊNCIA Nº 004/2022.

O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE através do DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, torna público, a quem possa interessar que, em obediência ao que preceitua a Lei Federal Nº 8.666/93, em suas normas gerais e demais normas que regem a matéria, fará realizar Licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, via registro de preço, de acordo com as disposições e demais elementos integrantes deste Edital, devendo os interessados apresentar os envelopes Nº 01 (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO) e Nº 02 - (PROPOSTA DE PREÇO) até as 14:00 (quatorze) horas do dia **06 de abril de 2022**, na Secretaria de Município de Gestão Administrativa e Licitações, Departamento de Licitações e Contratos, situado na Rua General Bacelar nº 264, 2º Andar – Centro, Nesta, onde se realizará a sessão de abertura dos invólucros.

* Os licitantes deverão acompanhar a divulgação de todos os atos publicados no sítio da Prefeitura Municipal (www.riogrande.rs.gov.br - Edital de Licitações) referentes a esta licitação.

* É facultativa a presença de representante das empresas, caso se faça presente, o mesmo deverá se apresentar devidamente credenciado e identificado, para o processo de abertura dos envelopes, devendo este também respeitar os Protocolos de Segurança determinados para proteção contra o COVID 19.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objetivo a seleção da proposta mais vantajosa, visando à contratação de empresa especializada, via registro de preços, para os serviços de classificação, coleta, pesagem, transporte, armazenamento e destinação final de resíduos sólidos classe I, classe IIA e IIB, provenientes do depósito temporário de resíduos inertes do Cassino.

1.2 – A prestação de serviços deverá corresponder rigorosamente aos critérios técnicos, os prazos e as condições definidas no Termo de Referência (ANEXO I), que faz parte integrante do presente edital.

1.3. As quantidades previstas são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se a Administração Municipal, através do Órgão participante, o direito de utilizar o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou mesmo abster-se de adquirir o item especificado.

1.4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições (Lei 8666/1993 Art 15, § 4º).

2. DO CREDENCIAMENTO

Estado do Rio Grande do Sul
Prefeitura Municipal do Rio Grande
Secretaria de Município de Gestão Administrativa e Licitações - SMGAL

2.1 Os representantes dos licitantes, titular da empresa ou preposto, deverão comparecer à Sessão Pública de Abertura munidos de procuração pública ou particular, ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social, devidamente acompanhado do documento de identidade do representante, para credenciamento junto à DLC, com os seguintes requisitos:

2.2. É vedada a representação de mais de um licitante por um mesmo representante legal ou procurador no processo licitatório, sob pena de exclusão dos licitantes do processo.

2.3. É vedada a representação de mais de um representante legal ou procurador por empresa licitante no processo licitatório.

2.4. As empresas consideradas microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme incisos I e II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007 e que pretenderem beneficiar-se nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto naquela lei, deverão apresentar, separado de qualquer dos envelopes, uma declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme modelo do Anexo V deste edital.

2.5. A Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte (se for o caso) devem ser entregues diretamente ao Presidente da CGL, separado de qualquer dos envelopes exigidos no item 4.

3. DA PARTICIPAÇÃO INDIVIDUAL E EM CONSÓRCIO

3.1. Poderá participar do presente certame qualquer empresa interessada que, na fase de habilitação, individualmente ou em consórcio, comprove possuir os requisitos de qualificação exigidos neste Edital e Anexos, desde que previamente cadastrada ou que se cadastre até o terceiro dia anterior à data da Sessão de Abertura.

3.2. Não poderão participar da presente licitação:

a) Os interessados que, no âmbito do Município do Rio Grande (RS), estejam temporariamente suspensos de participar em licitação e impedidos de contratar com a Administração, seja em face do disposto no Inciso III do Art. 87 da Lei 8.666/93 ou em face do disposto no Art. 7º da Lei 10.520/02;

b) Os interessados que, no âmbito de qualquer ente federativo, estejam declarados como inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, seja em face do disposto no Inciso IV do Art. 87 da Lei 8.666/93 ou em face do disposto no Art. 7º da Lei 10.520/02;

c) Os interessados enquadrados nas hipóteses do art. 9º da Lei n.º 8.666/93;

d) Os interessados sob processo de Concordata ou Falência;

e) Os interessados que sejam constituídos em Cooperativas de trabalho, em conformidade com o Termo de Compromisso de Ajustamento de conduta celebrado entre o Ministério Público do Trabalho da 4ª Região e o Município do Rio Grande;

f) Os interessados que tenham elaborado projeto básico ou executivo correspondente;

g) Os interessados que participarem de consórcio responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo correspondente;

h) Os interessados dos quais o autor do projeto básico ou executivo seja administrador, sócio com mais de cinco por cento do capital votante, controlador, gerente, responsável técnico ou subcontratado;

i) O Servidor empregado ou ocupante de cargo em comissão da Prefeitura Municipal do Rio Grande;

j) Os interessados que possuam em seus quadros sócios, diretores responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo, comuns aos quadros de outra empresa que esteja participando desta licitação;

3.3. Aplica-se aos consórcios compostos em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte as normas diferenciadas da licitação previstas na Lei Complementar nº 123/2006.

3.3.1. A participação de empresas reunidas em consórcio deve atender as seguintes condições, sob pena de inabilitação:

a) Apresentação pelo Consórcio, no envelope de Habilitação, do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, com indicação do nome do consórcio, da empresa líder responsável pelo consórcio, da proporção da participação de cada integrante e do prazo de duração do consórcio, o qual não poderá ser inferior ao prazo de duração do contrato que venha a ser firmado com o Município;

b) Caberá a empresa líder a representação do Consórcio durante todo o processo licitatório e a execução do contrato que venha a ser firmado com o Município;

c) A empresa líder será a principal responsável, junto ao Município, pelos compromissos assumidos, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato a ser firmado, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais consorciados pelos atos praticados em Consórcio;

d) Fica vedada a substituição da empresa Líder ao longo do contratual salvo quando houver prévia e expressa anuência do Município;

e) O impedimento de participação, nesta Licitação, de empresa consorciada por intermédio de mais de um Consórcio ou isoladamente;

3.3.2. O Consórcio formalmente constituído, nos termos do item 3.2, deverá observar as proporções de participação de cada empresa no Consórcio licitante.

3.3.3. Durante o prazo de execução contratual, desde que não se comprometa a manutenção do cumprimento dos requisitos de habilitação pelo Consórcio, serão autorizadas alterações na participação das empresas dentro do Consórcio, nos termos do respectivo contrato de Consórcio.

3.3.4. Toda e qualquer transferência de direitos de consorciada referente a concessão para terceiros, ou ainda em qualquer caso de alienação de controle societário, fusão, cisão, incorporação de empresa consorciada, ou exclusão de empresa do

Consórcio, será necessária a previa anuência do Município.

3.3.5. O Consorcio vencedor deverá ser formalmente constituído e registrado antes da assinatura do Contrato, sendo que o registro deverá ser feito na respectiva Junta Comercial, nos termos da Lei de Registros Públicos de Empresas Mercantis (Lei nº 8.934, art. 32, II, b regulamentada pela Instrução Normativa no 74/1998, do Departamento Nacional de Registro do Comercio –DNRC).

3.3.6. Apresentação dos documentos de habilitação exigidos por cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

4. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

As propostas deverão ser apresentadas em dois invólucros, a saber:

DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

A documentação de habilitação será apresentada em 01 (uma) via e a proposta também em 01 (uma) via original, na data, hora e local indicado no aviso deste Edital, os interessados apresentarão os envelopes fechados e indevassáveis, no Departamento de Licitações e Contratos, situado à Rua General Bacelar nº 264, 2º Andar - Centro, Nesta, com os seguintes dizeres:

INVÓLUCRO 01: CONCORRÊNCIA Nº 004/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, VIA REGISTRO DE PREÇOS, PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CLASSIFICAÇÃO, COLETA, PESAGEM, TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSE I, CLASSE IIA E IIB, PROVENIENTES DO DEPÓSITO TEMPORÁRIO DE RESÍDUOS INERTES DO CASSINO.

DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

PROPONENTE:

INVOLUCRO Nº 02: CONCORRÊNCIA Nº 004/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, VIA REGISTRO DE PREÇOS, PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CLASSIFICAÇÃO, COLETA, PESAGEM, TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSE I, CLASSE IIA E IIB, PROVENIENTES DO DEPÓSITO TEMPORÁRIO DE RESÍDUOS INERTES DO CASSINO.

PROPOSTA DE PREÇOS

PROPONENTE:

4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

4.1.1. Registro Comercial no caso de empresa individual

4.1.2. Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor) incluindo apenas o último aditivo ou aditivo consolidado, devidamente registrado, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores.

4.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em

funcionamento no país, e ato ou autorização para funcionamento expedido por órgão competente, quando a atividade assim o exigir:

4.1.4. Inscrição do ato constitutivo acompanhada de prova de registro em ata de eleição da diretoria em exercício (Registro Civil de Pessoas Jurídicas).

4.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

4.2.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ;

4.2.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, considerando-se que:

a) os licitantes com domicílio ou sede no Município do Rio Grande deverão apresentar Certidão Negativa de Débitos Fiscais, expedida pela Secretaria de Município da Fazenda do Rio Grande.

b) os licitantes com domicílio ou sede localizado em outro Município deverão apresentar a prova de regularidade com a Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede.

4.2.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.

4.2.4 – Certidão Conjunta de Débitos (Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa), expedida nos termos do Decreto Federal n.º 5.512/05 e da Portaria Conjunta PGFN/RFB n.º 1751, de 02/10/2014 que entrou em vigência em 03 de novembro de 2014 e abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN.

4.2.5 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, se for o caso.

4.2.6 Apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa, com validade de 180(cento e oitenta) dias contados da sua emissão.

4.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA

4.3.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da Justiça do domicílio da sede do licitante em data não anterior a 90 (noventa) dias da data da entrega dos envelopes de documentação e proposta.

4.3.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com:

a) indicação do nº do Livro Diário com numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa, cujos índices mínimos aceitáveis serão apurados pela aplicação da fórmula, assinados por contador responsável com respectivo número de registro no conselho.

b) Termo de Abertura e Encerramento.

c) número de registro na Junta Comercial

d) Notas explicativas (§ 4º e 5º do artigo 176 da lei 6.404/76).

e) Demonstração de Resultado do Exercício e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa, cujos índices mínimos aceitáveis serão apurados pela aplicação da fórmula, assinados por contador responsável com respectivo número de registro no conselho.

4.3.2.1. Poderá ser apresentado, em substituição ao exigido no Item 4.3.1., escrituração contábil digital – SPED conforme Decreto 8.683/25/02/2016, e deverá obrigatoriamente conter o que segue:

a) Termo de Autenticação com identificação do Autenticador – Junta Comercial (impresso do arquivo SPED Contábil)

b) Termo de Abertura e Encerramento (impresso do arquivo SPED Contábil)

c) Balanço Patrimonial (impresso do arquivo SPED Contábil)

d) Demonstração de Resultado do Exercício (impresso do arquivo SPED Contábil)

e) Notas explicativas

4.3.2.2. Para Sociedade Limitada poderá ser apresentada cópia autenticada da publicação em diário oficial das demonstrações contábeis (letras “c”, “d” e “e”) em substituição ao SPED Contábil (letras “a”, “b”, “c”, “d” e “e”).

4.3.3. A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos índices de liquidez ou pelo Patrimônio Líquido, conforme os seguintes critérios:

Os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) devem ser maiores que 1,00, e resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

4.3.3.1. Os índices devem ser apresentados obrigatoriamente, assim como calculados e assinados por contador responsável com respectivo número de registro no conselho.

4.3.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer um dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Coerente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido mínimo ou capital social mínimo igual ou superior

a 10 % do valor estimado da contratação.

4.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.4.1. Declaração formal de disponibilidade do pessoal técnico especializado, dos equipamentos e dos veículos essenciais à realização dos serviços.

4.4.2. Declaração formal de disponibilidade dos veículos e dos equipamentos mínimos a serem disponibilizados para a execução dos serviços, sendo os mesmos individualizados por marca/modelo e ano de fabricação, vinculando-o(s) com exclusividade ao atendimento do objeto a ser contratado.

4.4.3. Certidão de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho profissional competente para a execução do objeto da licitação, dentro de seu prazo de validade.

4.4.4. Comprovação pela proponente de possuir em quadro permanente, na data da apresentação da proposta, profissional(is) de nível superior, detentor(es) de atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) do(s) respectivo(s) Certificado(s) de Acervo Técnico - CAT(s), emitido(s) pela entidade profissional competente (CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), comprovando a experiência do(s) profissional(is) na prestação dos serviços objeto deste instrumento.

a) O(s) profissional(is) indicado(s) pelo licitante em sua documentação de habilitação, deverá (ão) ser o(s) responsável(s) técnico(s) pela execução dos serviços, sendo vedada sua substituição por outro(s) profissional(is) sem prévia aprovação da contratante.

b) A comprovação de que o profissional de Nível Superior detentor de atestado de responsabilidade técnica pertence ao quadro permanente da empresa deve ser feita mediante a apresentação de cópia autenticada da ficha de registro de empregado, com o respectivo carimbo do Ministério do Trabalho ou da Carteira Profissional de Trabalho (CTPS), juntamente com a Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP, referente ao mês anterior a data prevista para entrega das propostas ou comprovando a existência de vínculo, por meio de contrato de prestação de serviço profissional atualizado com firmas devidamente reconhecidas e celebrado de acordo com a legislação civil comum.

c) O proponente deverá anexar declaração expressa do profissional, assegurando sua participação na execução do objeto do contrato deste instrumento.

d) No caso de diretor a comprovação se fará através de cópia da ata ou contrato social, conforme o caso de sua investidura no cargo, ou por qualquer outro meio que demonstre que este profissional indicado estará à disposição para futura execução contratual.

4.4.5. Comprovação da capacidade operacional da empresa, através de atestado(s) fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente (CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), comprovando que a empresa executou, diretamente, serviços da mesma natureza do objeto desta licitação.

*OBS: Para fins de comprovação serão aceitos atestados que atendam as formalidades expressas nos parágrafos primeiro e terceiro, do art. 30, da Lei 8.666/93.

4.4.6. A empresa deverá apresentar Atestado de Visita Técnica em que fique claro que a proponente visitou o local dos serviços e tem pleno conhecimento de todos os serviços licitados, em papel timbrado da SMC, assinado por servidor autorizado.

a) As visitas deverão ser agendadas, com antecedência de até 02 (dois) dias úteis anteriores a data de entrega e abertura dos envelopes através dos telefones (53) 3233-6065 ou 3233-6066, ou diretamente no endereço Altamir de Lacerda Nascimento, nº 930 - Bairro Hidráulica, cidade do Rio Grande.

b) O **Atestado de Visita Técnica** pode ser substituído por declaração, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, de que conhece as especificidades do serviço.

4.5. - DECLARAÇÕES

4.5.1. Declaração, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, e no inciso V do art.27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1983, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos.

4.5.2. Declaração expedida pelo próprio licitante da inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação em processo licitatório, devidamente datada e assinada.

4.5.3. Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) exercente de cargo, função ou emprego na Administração Pública Municipal e Declaração de não parentesco com Servidor Público.

4.5.4. Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, devidamente datada e assinada.

4.5.5 Declaração de não emprego de funcionário público Municipal e de Declaração de não parentesco com o Servidor Público.

4.6. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

4.6.1. As empresas consideradas microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme incisos I e II do artigo 3º da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007 e que pretenderem beneficiar-se nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto naquela lei, deverão apresentar declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme modelo do Anexo II deste edital.

4.6.2. Com base nos Artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123/06 fica esclarecido que a ME ou EPP deve apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

4.6.3. A ME ou EPP que apresentar documentos com restrições conforme Item 4.6.1., terá assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis (LC 147/2014), prorrogáveis por igual

período à critério da Administração Pública para a regularização dos mesmos, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (Lei Complementar nº 123/2006 Art 43, § 1º e § 2º)

4.6.4. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 4.6.3, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação (Lei Complementar nº 123/2006 de 14/12/2006 Art 43, § 1º e § 2º)

4.7 A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, EXIGIDA PODERÁ SER APRESENTADA:

- a) no original (não será devolvida),
- b) por qualquer processo de cópia autenticada,
- c) por publicação da imprensa oficial ou excepcionalmente
- d) por cópia a ser autenticada pela Comissão Julgadora ou funcionário especialmente designado pelo Presidente mediante a apresentação do documento original.

4.7.1. Os documentos que dependem de prazo de validade e que não contenham prazo de validade especificado no próprio corpo, em lei ou neste Edital, devem ter sido expedidos no máximo até 90 (noventa) dias anteriores a data de abertura do invólucro nº 01.

5. DA PROPOSTA

A proposta deverá ser apresentada da seguinte maneira:

5.1. O ENVELOPE Nº 02 deverá conter Proposta comercial indicando o **VALOR UNITÁRIO POR TONELADA E TOTAL**, em algarismos, de forma clara e precisa, devendo o preço incluir todas as despesas com encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, assinada por representante legal da licitante ou por procurador / credenciado, munido de procuração hábil, nos termos da Lei, ou de carta de credenciamento com firma autenticada.

5.2. A proposta deverá conter dados bancários, endereço, telefone e e-mail da empresa licitante.

5.2.1. Declaração do proponente de que sua proposta vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data marcada para a entrega dos envelopes desta Concorrência, assinada pelo licitante ou seu representante legal. No silêncio da proposta, subentende-se que vigorará por 60 (sessenta) dias.

5.3. Deverá acompanhar a Proposta **obrigatoriamente** a Planilha de Formação de Preços e Custos com **cópia do dissídio coletivo utilizado como base para cálculo (Ano base 2022)**.

5.4. O valor máximo aceitável para contratação é o constante na Planilha de Formação de Preços e Custos.

6. DO RECEBIMENTO, DA ABERTURA, DO JULGAMENTO, DO DESEMPATE, DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS E DA HOMOLOGAÇÃO.

6.1. DO RECEBIMENTO

6.1.1. O invólucro, na forma deste Edital, será recebido no Departamento de Licitações e Contratos, situado à Rua General Bacelar nº 264, 2º Andar - Centro, Nesta, sendo que após este horário, não serão mais aceitos em hipótese alguma.

6.1.2. Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes após o prazo estabelecido neste Edital.

6.2. DA ABERTURA

6.2.1. A abertura das propostas será realizada no local estabelecido no preâmbulo deste Edital.

6.2.2. Serão abertos primeiramente os envelopes contendo os documentos de habilitação dos licitantes e a Comissão Geral de Licitações, caso julgue necessário, poderá suspender a reunião para analisar os documentos e julgar a habilitação, marcando através do endereço eletrônico www.riogrande.rs.gov.br – Portal Transparência, nova data e horário em que voltará a reunir-se.

6.2.3. Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, todos os documentos e os envelopes contendo as propostas, devidamente fechados, serão rubricados pelos membros da Comissão e Licitantes presentes, ficando em poder da Comissão até que seja julgada a habilitação.

6.2.3.1. A Comissão manterá em seu poder as propostas dos licitantes inabilitados, com os envelopes fechados e devidamente rubricados. Após o término do período recursal ou após a desistência em interpor recurso, expressa em ata assinada por todos os licitantes, as mesmas serão devolvidas aos licitantes inabilitados. Caso não sejam retirados no prazo de 15 (quinze) dias do trânsito em julgado administrativo, os envelopes serão inutilizados.

6.2.4. Em não havendo licitante inabilitado ou havendo expressa manifestação de vontade quanto a não interposição de recurso por parte destes, proceder-se-á na imediata abertura dos envelopes contendo as propostas das empresas habilitadas, que serão rubricadas pelos membros da Comissão e representantes presentes.

6.2.5. Uma vez abertas as propostas, não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas.

6.2.6. Das reuniões para recebimento e abertura dos documentos de habilitação e propostas, serão lavradas atas circunstanciadas que mencionarão todos os licitantes, as impugnações feitas e demais ocorrências que interessarem ao julgamento da licitação, reservando-se, porém, a Comissão Especial de Licitações, o direito de levá-las ou não em consideração, devendo as atas serem assinadas pelos membros da Comissão e por todos os licitantes presentes.

6.3. DO JULGAMENTO

A Concorrência será julgada pela Comissão Julgadora da Licitação da seguinte forma:

6.3.1. Julgamento da documentação, levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 4 - DOCUMENTAÇÃO.

6.3.2. Julgamento da proposta levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 5 - PROPOSTA.

6.3.3. Em qualquer fase do julgamento, o não atendimento ou a insuficiência de comprovação de alguma exigência constante do Edital, implicará em inabilitação ou desclassificação do licitante.

6.3.4. As propostas apresentadas de acordo com as especificações e exigências deste Edital serão classificadas pela ordem crescente dos preços propostos, considerando-se vencedor, dentre os qualificados, o licitante que apresentar o menor preço global ano para o Item, respeitando o critério de aceitabilidade dos preços previstos.

6.4. DO DESEMPATE.

6.4.1. Será assegurado como critério de desempate, preferência de contratação para as MEs e EPPs, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas MEs e EPPs sejam iguais ou até 10% superiores ao melhor preço e desde que o melhor preço não seja de uma ME ou EPP.

6.4.1.1. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A ME ou EPP mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

b) A ME ou EPP mais bem classificada, que se fizer representar, será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 minutos após ser declarada a proposta vencedora, sob pena de preclusão.

c) A ME ou EPP mais bem classificada que não se fizer representar será comunicada via contato telefônico pela Comissão Julgadora do certame sobre o empate, e poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora. Será solicitado na ocasião um termo de intenção de desempate via fax ou e-mail já com os novos valores a serem ofertados.

c1) Serão efetuadas até no máximo 03 (três) chamadas telefônicas durante a sessão, com intervalo de 05 (cinco) minutos entre elas, através do número telefônico constante na Proposta Financeira, o não atendimento às ligações será entendido como renúncia ao direito de apresentar nova proposta e o fato será registrado em Ata que vai assinada por todos presentes.

d) Não ocorrendo a contratação da ME ou EPP, na forma da alínea "a", serão convocadas as MEs e EPPs remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos item 6.4.1., na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

6.4.2. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem no intervalo estabelecido no item 6.4.1., será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor proposta.

6.4.3. Na hipótese da não contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora da licitação, após verificação da documentação de habilitação.

6.4.4. O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.5. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

6.5.1. Qualquer cidadão é parte legítima para solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este Edital, desde que encaminhada com antecedência de até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de Habilitação e Propostas Financeiras, no horário de atendimento do protocolo geral do Departamento de Licitações e Contratos, no horário das 13:00 h às 17:30 h;

6.5.2. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital de licitação perante a Administração, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de Habilitação;

6.5.3. Das decisões da Comissão Geral de Licitações caberão recursos e contrarrazões, conforme previsto na Lei 8.666/93, dirigidos ao Presidente da Comissão Geral de Licitação, podendo tais atos serem protocolados no Departamento de Licitações e Contratos, no horário de expediente, bem como serem enviados, dentro do prazo limite, por e-mail licitacoesrq@gmail.com, sendo nesta última hipótese da inteira responsabilidade dos licitantes a comprovação da tempestividade dos atos.;

6.5.4. Os recursos das decisões referentes à habilitação ou inabilitação da licitante e julgamento das propostas terão efeito suspensivo;

6.5.5. Os recursos preclusos ou interpostos fora do prazo não serão apreciados pela Comissão Especial de Licitação;

6.5.6. Recebido o recurso, a Comissão poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, no mesmo prazo submeter o recurso, devidamente instruído, à autoridade competente, que decidirá em 05 (cinco) dias úteis, contados de seu recebimento;

6.5.7. A licitante que injustificadamente recorrer da decisão da Comissão Geral de Licitação, fica ciente que em sendo seu pleito indeferido, poderá responder pelos danos causados à Administração Pública pela sua ação procrastinatória;

6.6. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

6.6.1. A comissão Julgadora da Licitação efetuará a classificação das propostas, procederá o julgamento, recomendará vencedora a firma que ofertar o menor preço por tonelada, encaminhando o processo à Autoridade competente para adjudicação e homologação.

6.6.1.1. Decorrido o prazo de validade das propostas estabelecido no subitem 5.2.1., sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

6.6.1.2. É facultada a Comissão Julgadora da Licitação ou a Autoridade Superior, em

qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

7. TERMO DE COMPROMISSO

7.1. Será firmado “Termo de Compromisso” com a empresa(s) vencedora(s), conforme ANEXO VIII deste edital.

7.2. É facultado à Administração, quando a licitante vencedora recusar-se a receber a Nota de Empenho no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação.

7.3. Decorridos 60 dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

8. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS:

8.1. O registro de Preço terá a validade de 12 (meses), contados da data da homologação da sua ata.

8.2. Nos termos do art. 15 § 4º da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade do registro de Preço, o Município do Rio Grande não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, dos materiais objeto da Ata.

8.3. A contratada, durante a vigência do Termo de Compromisso de Registro de Preço, poderá aceitar os acréscimos que se fizerem necessários nos quantitativos do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

9.1 O Proponente terá o seu registro de preço cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

9.1.1. A pedido, quando:

a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

b) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições/contratações, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

9.1.2. Por iniciativa do GCLC, quando:

a) o fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

c) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

- d) não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preço;
- e) não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preço;
- f) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes.

9.1.3 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o GCLP fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preço e informará aos Proponentes a nova ordem de registro.

10. DO CANCELAMENTO AUTOMÁTICO DO REGISTRO DE PREÇO

10.1 A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

- a) por decurso de prazo de vigência, 12 meses;
- b) quando não restarem fornecedores registrados.

11 DA REVISÃO DOS PREÇOS:

11.1. Os preços serão revisados em consonância com a Teoria da Imprevisão, que exige para sua ocorrência a comprovação real da ocorrência real de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do objeto.

11.2. Quando a revisão decorrer do fato do preço registrado pelo fornecedor melhor classificado tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Departamento de Licitações e Contratos – DLC convocará o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, convocando-se, na ordem de classificação, para idêntica negociação, os demais fornecedores registrados.

11.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento motivado e apresentado antes do pedido de fornecimento, solicitar revisão do preço e esta não seja atendida pela Administração, o Departamento de Licitações e Contratos – DLC poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, uma vez confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

12.1.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

12.1.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta

individual apresentada durante a fase competitiva.

12.1.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O Edital, Memorial Descritivo, e Planilha Orçamentária se encontram a disposição dos interessados, na Rua General Bacelar nº 264, 2º Andar - Centro, Nesta, sendo estas cópias por conta dos participantes ou através do site www.riogrande.rs.gov.br – Portal Transparência.

13.2. As informações relativas a presente licitação poderão ser obtidas no Departamento de Licitações e Contratos, fone (53)3233.8417 ou 3233.6060, até 24 horas imediatamente anteriores àquele marcado para a entrega dos documentos de habilitação e propostas.

13.2.1. Fazem parte integrante deste Edital de Licitação:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II - Modelo de Proposta e modelo de planilha

Anexo III - Modelo de Declaração de Enquadramento como Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte.

Anexo IV – Modelo de Atestado de Visita ao Local da Obra (se for o caso).

Anexo V –Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo Superveniente à Habilitação.

Anexo VI – Modelo de Declaração de Não Emprego de Menores.

Anexo VII - Modelo de declaração de não emprego de funcionário público Municipal e Modelo de Declaração de não parentesco com o Servidor Público.

Anexo VIII – Minuta de termo de compromisso de registro de preços (TCRP).

13.3. Será desclassificado o licitante que deixar de atender as exigências contidas neste edital e seus anexos ou deixar de prestar informações complementares quando solicitadas.

13.4. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de proposta à presente Concorrência.

13.5. A simples participação nesta licitação implica aceitação plena das condições estipuladas no edital.

13.6. Após a homologação o licitante vencedor será convocado para, no prazo de 05(cinco) dias úteis, assinar o Contrato, sob pena de, não o fazendo, decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art.81da Lei n.º 8.666/93.

13.7. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados ao Departamento de Licitações e Contratos, dentro dos prazos previstos na Lei nº 8.666/93, e alterações, na Rua General Bacelar nº 264, 2º Andar - Centro, Nesta, ou solicitados, via e-mail licitacoesrg@gmail.com. As respostas serão colocadas via portal “editais e licitações” e avisados de alteração no edital via e-mail a todos os proponentes que retirarem o edital no portal desta prefeitura através de cadastro, até 02 dias anteriores à data marcada para recebimento dos envelopes.

13.8. A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL reserva-se o direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses ou anular ou revogar a presente licitação sem que disso caiba aos participantes o direito de reclamação ou indenização.

13.9. Onde este Edital for omissivo prevalecerão os termos da Lei Federal Nº 8.666/93 e demais legislação em vigor.

13.10. O Foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Rio Grande, com exclusão de qualquer outro.

Rio Grande, 21 de fevereiro de 2022.

Deivid Moraes Mendes
Secretário de Município de Gestão Administrativa e Licitações.